

## **Ciclistas, propaganda e eleições 2012: Um estudo sobre deliberação e engajamento político na esfera pública online.<sup>1</sup>**

Victor Kraide CORTE REAL<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP  
Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP  
Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP

### **RESUMO**

O presente texto oferece subsídios para o desenvolvimento de um estudo a respeito do impacto nas propagandas políticas dos candidatos à Prefeitura de São Paulo, em 2012, diante das discussões levantadas pelas entidades Ciclocidade e Instituto CicloBR sobre a situação atual da mobilidade urbana na capital paulistana. Para tanto, serão abordados conceitos sobre esfera pública, deliberação e engajamento nas redes sociais online, além da apresentação de um modelo teórico-metodológico de análise das discussões na internet.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propaganda Política; Internet; Bicicleta; São Paulo.

### **TEXTO DO TRABALHO**

Em maio de 2012, a Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo – Ciclocidade e o Instituto CicloBR de Fomento à Mobilidade Sustentável, lançaram uma consulta pública pela internet visando obter respostas para o seguinte questionamento: “O que o próximo prefeito e os vereadores podem fazer para melhorar as condições dos ciclistas e estimular o uso de bicicletas em São Paulo?”

O questionário ficou aberto até o dia 03/06/2012 e foi divulgado em diversos sites, blogs e perfis nas redes sociais relacionados ao universo dos ciclistas paulistanos, dentre eles: Ciclocidade.org.br; Vadebike.org; Catracalivre.folha.uol.com.br.

Segundo as entidades organizadoras, o projeto tem como finalidade promover eventos e discussões com os candidatos ao Legislativo e ao Executivo, a fim de formular uma carta garantindo o compromisso público dos futuros representantes da população com a mobilidade urbana, em São Paulo. Neste sentido, além do questionário eletrônico, também foi programado um encontro presencial no dia 02/06/2012, aberto a todos os cidadãos, para debater os temas em questão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Publicidade e Propaganda – Propaganda Política do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Docente da PUC-Campinas e da UNIMEP-Piracicaba. Email: [realvic@gmail.com](mailto:realvic@gmail.com).



**ELEIÇÕES 2012 E A BICICLETA EM SÃO PAULO**

O que o próximo **prefeito** e os **vereadores** podem fazer para **melhorar** as condições dos ciclistas e **estimular** o uso de **bicicletas** em São Paulo?

Responda à consulta pela internet e **ajude-nos** a garantir que os candidatos às **Eleições 2012** se comprometam com a **mobilidade urbana**.

Visite o link e contribua.

<http://tinyurl.com/bicileicoes2012>

Participe também do encontro presencial para discutir o assunto: dia 02/06 - Sábado-10h  
Espaço Contraponto (R. Medeiros de Albuquerque, 55 - V. Madalena)

Realização  **CICLOCIDADE** ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO  **INSTITUTO CICLOBR** INSTITUTO DE PESQUISA E AÇÃO URBANA

**Ciclocidade na Semana do Meio Ambiente**  
**debates, palestras e oficinas**  
na programação do SESC

**SESC Vila Mariana**  
**02 e 09/06** (sábado)  
14h - Ciclocidade Itinerante  
Roda de conversa + Oficina Mão na Roda (traga sua bicicleta!)  
**05/06** (terça-feira)  
20h - Debate "Mobilidade Urbana"  
Arthur Simões (fotógrafo), Maria Ermelina Malatesta (CET), Thiago Benicchio (Ciclocidade)

**SESC Pompeia**  
**06/06** (quarta-feira)  
20h - Debate "Encarando a cidade sobre duas rodas"  
Ismael Gaetano (Parada Vital), Thiago Benicchio (Ciclocidade), Willian Cruz (Vá de Bike)

Informações: [www.ciclocidade.org.br](http://www.ciclocidade.org.br)

 **CICLOCIDADE** ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO

Imagens de divulgação da campanha.

Diante do caso mencionado acima, é possível tecer uma análise relacionando os traços de engajamento e deliberação proporcionados a partir da manifestação de um determinado setor da esfera pública (ciclistas paulistanos), e os possíveis impactos dessa ação na propaganda eleitoral dos candidatos às eleições municipais de São Paulo, em 2012.

Para tanto, é necessário recorrer, primeiramente, aos percursos percorridos por Jürgen Habermas ao formular o conceito de Esfera Pública, levando em conta que sua abordagem passou por algumas revisões ao longo do tempo.

A perspectiva de Habermas, na primeira fase de suas reflexões, marcada pela publicação de *Mudança estrutural na Esfera Pública* no início da década de 1960, considera a esfera pública como “um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade”. Assim,

a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo (...) tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 2003, p. 91)

Segundo Ângela Marques (2008, p. 24) “o conceito de esfera pública aparece ligado à ascensão da burguesia e aos espaços nos quais os integrantes dessa classe se reuniam publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à coletividade”. A partir disso, a autora menciona a abordagem negativa de Habermas diante dos meios de comunicação como não sendo benéficos à constituição e ao

fortalecimento de uma esfera pública voltada para o esclarecimento recíproco. Marques vai além e aponta a influência de Adorno e Horkheimer ao conduzir Habermas a afirmar que:

Os meios de comunicação e, principalmente, a imprensa, seriam os responsáveis pela perda da capacidade crítica do público e pelo conseqüente declínio da esfera pública, uma vez que perderam sua função crítica para atuarem ‘apenas como transmissores de propagandas’ (MARQUES, 2008, p. 24).

Sendo que o princípio de “publicidade”, nesse contexto apontado por Marques ao citar Habermas, adquire dois sentidos distintos, mas complementares: o primeiro relativo ao “dar a ver”, tornar pública a troca de argumentos entre cidadãos; e o segundo confere à publicidade o status de “regulador” do processo de justificação pública, chegando a impor constrangimentos à ação e ao discurso dos interlocutores. Assim, a crítica de Habermas nessa abordagem inicial de esfera pública relacionada à mídia, destaca que os meios de comunicação passaram a “fabricar” uma opinião “não-pública” cuja origem não é o processo de troca pública de razões, mas o resultado da imposição de vontades particulares (MARQUES, 2008, p. 24).

Em suas obras posteriores (1987, 2006), Habermas revê seu posicionamento a respeito da atuação dos *media* na esfera pública, no entanto Ângela Marques (2008, p. 24) julga necessário ressaltar que “suas críticas feitas permanecem atuais no que diz respeito ao modo como a produção da informação jornalística é limitada por diversos tipos de constrangimentos externos e internos”. Em suas abordagens mais recentes, Habermas não deixa de reafirmar os aspectos contraditórios dos meios de comunicação, mas também considera que algumas características específicas do *sistema dos media* são “tidas como essenciais ao fortalecimento e à manutenção das estruturas deliberativas que fazem parte da dinâmica democrática das sociedades contemporâneas” (MARQUES, 2008, p. 25).

Na recente ação promovida pelas entidades Ciclocidade e o Instituto CicloBR, tendo em vista a discussão pública da mobilidade urbana na cidade de São Paulo, encontramos poucos indícios de repercussão na mídia de massa convencional, no entanto a repercussão junto aos públicos de interesse ocorreu de forma bastante consistente e organizada através da articulação da esfera pública na internet e da promoção de encontros presenciais.

Neste sentido, parece válido relacionar os conceitos de Habermas, propostos em *Direito e Democracia* (2003), a respeito dos três tipos de esfera pública, com a tipologia de redes de Niemenen, comentada por Peter Dahlgren (2009).

A formulação dos autores mencionados pressupõe não ser possível uma reflexão sobre a esfera pública desconectada da noção de sociedade civil. Afinal, segundo Habermas, a sociedade civil atualmente

não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida (HABERMAS, 2003, p. 99).

A sociedade civil, para Habermas, é composta por diferentes movimentos e entidades, “(...) os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 2003, p. 99).

Habermas enfatiza que a sociedade civil ocupa uma “posição assimétrica em relação às possibilidades de intervenção” e que “apesar das limitadas capacidades de elaboração, tem a chance de mobilizar um saber alternativo e de preparar traduções *próprias*, apoiando-se em *avaliações técnicas especializadas*” (HABERMAS, 2003, p. 106).

O fato de o público ser composto de leigos e de a comunicação pública se dar numa linguagem compreensível a todos não significa necessariamente um obscurecimento das questões essenciais ou das razões que levam a uma decisão. Porém a tecnocracia pode tomar isso como pretexto para enfraquecer a autonomia da esfera pública, uma vez que as iniciativas da sociedade civil não conseguem fornecer um saber especializado suficiente para regular as questões discutidas publicamente, nem traduções adequadas (HABERMAS, 2003, p. 106).

Segundo Habermas (2003, p. 106) a sociedade civil pode, “*em certas circunstâncias*, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial”. Todavia, a chamada sociologia da comunicação de massas não acredita nas alternativas das tradicionais esferas públicas do Ocidente, todas elas altamente dominadas pelo poder e, por conseguinte, pela mídia.

Movimentos sociais, iniciativas de sujeitos provados e de foros civis, uniões políticas e outras associações, numa palavra, os agrupamentos da sociedade civil, são sensíveis aos problemas, porém os sinais que emitem e os impulsos que fornecem são, em geral, muito fracos para despertar a curto prazo processos de aprendizagem no sistema político ou para reorientar processos de decisão (HABERMAS, 2003, p. 107).

O filósofo defende a existência de três tipos de esfera pública, de acordo com o nível de densidade da comunicação, complexidade organizacional e alcance:

- 1) Esfera Pública *Episódica*: representada por encontros e reuniões casuais entre pessoas conhecidas, por exemplo, em bares e cafés;
- 2) Esfera Pública *Organizada*: com finalidades e objetivos melhor definidos, formada a partir de encontro de pais, eventos culturais, reuniões de partidos e congressos de igrejas;
- 3) Esfera Pública *Abstrata*: produzida pela mídia, contando com a participação de leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente.

Inseridos nesses vários tipos de esfera pública,

existem atores que podem ser identificados como partidos políticos ou como organizações econômicas, como representantes de grupos profissionais, de associações protetoras de inquilinos etc., ao passo que outro tipo de atores tem que produzir primeiro as características que os identificam. Isso pode ser constatado claramente em movimentos sociais que atravessam inicialmente uma fase de auto-identificação e de autolegitimação (o que também vale para atores da sociedade civil em geral); mas tarde eles continuam a exercer uma “identity-politics”, paralela às suas políticas pragmáticas – pois, eles têm que certificar-se, a cada passo, de sua identidade (HABERMAS, 2003, p. 109).

Paralelamente, Peter Dahlgren (2009, p. 158) apresenta a morfologia social baseada em redes como uma opção que vem crescendo e sendo utilizada para compreender o mundo moderno. Ele argumenta que as atualizações feitas por Habermas sobre os conceitos de esfera pública (1996, 2006), trabalham basicamente com o modelo de redes, apesar de não mencionar diretamente a internet naquelas análises.

Na sequência de pensamento, Dahlgren considera a expressão “Sociedade de Rede”, ao invés de “Sociedade da Informação”, como uma metáfora mais acessível para estudar as tendências de desenvolvimento e a realidade social. Dessa forma, ele recorre e adapta a proposta de tipologia de Nieminen (2007), que divide as redes em quatro possibilidades:

- 1) Redes *Associativas*: mais informais e essencialmente voluntárias (relações de amizade, hobby, por exemplo);
- 2) Redes *Societais*: relações de pertencimento a uma categoria (profissional, por exemplo), a partir de certas circunstâncias sociais;
- 3) Redes *Afirmativas* ou de *Interesse*: tem caráter deliberativo e objetivo de influenciar decisões, apresentam viés político e de engajamento público;
- 4) Redes *Impostas*: relações de nacionalidade, mais extensas (envolve os cidadãos, por exemplo) e com atribuições de direitos e obrigações.

O autor argumenta que podemos viver praticamente a maior parte do tempo entre essas redes sociais. Além disso, vivemos cada vez mais nessas redes com a ajuda das tecnologias da informação. E aqui, Dahlgren (2009, p. 159) retoma a análise de Capital Social de Putnam (2000), afirmando a importância das redes no sentido de que, quanto mais uma pessoa estiver conectada, melhor poderá exercer sua cidadania. Além disso, ao participar de diferentes redes sociais, as pessoas podem representar pontos de intersecção, por meio dos quais diferentes redes se conectam, dessa forma ela tende a ser bem aceita ou importante nas redes em que participa. E boa parte desse status deriva da capacidade da pessoa de dialogar com a tecnologia e com a internet.

Potencialmente, a ação política pode surgir em qualquer dessas redes, mas é no terceiro tipo que a agência cívica geralmente se manifesta. Justamente esse tipo de rede social *afirmativa*, formada por interesse e com caráter deliberativo, poderia servir como contraponto a esfera pública formada pela mídia, denominada por Habermas como *abstrata* e que, segundo os argumentos dele, pode funcionar como barreira, já que os jornalistas coletam informações e decidem os temas/questões que ganham visibilidade. “Esses processos de seleção tornam-se fonte de uma nova espécie de poder, ou *poder da mídia*, o qual não é controlado suficientemente pelos critérios profissionais” (HABERMAS, 2003, p. 110). De acordo com o pensamento de Habermas,

os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios (HABERMAS, 2003, p. 110).

Por fim, o filósofo argumenta que

a personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública (HABERMAS, 2003, p. 110).

As questões que aqui permanecem estão relacionadas com a força das redes sociais, especialmente as estabelecidas e/ou fortalecidas pela internet, com caráter afirmativo, de interesse e de deliberação. Dessa forma, é possível compartilhar as mesmas dúvidas apontadas por Wilson Gomes (2011), ao mencionar diversos outros pesquisadores, em seu artigo *Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho*: Teria a internet estancado a perda de capital social? Teria o emprego de comunicações via computadores conseguido produzir novas formas de participação política e de engajamento cívico?

No caso específico abordado neste breve texto, a respeito da discussão levantada pelas entidades Ciclocidade e o Instituto CicloBR, visando formular uma carta de compromisso público dos futuros representantes da população com a mobilidade urbana, em São Paulo, podemos apenas levantar hipóteses sobre os efeitos desse engajamento da esfera pública nas campanhas das eleições municipais de 2012, já que até o fechamento deste artigo ainda não foram consolidadas e apresentadas as respostas obtidas durante os questionamentos propostos durante o mês de Maio/2012. No entanto, é possível resgatar uma ação anterior, também organizada pelos ativistas do grupo CicloBR, durante as eleições municipais paulistanas de 2008. Naquela ocasião, eles também formataram questões sobre a mobilidade urbana em São Paulo e levaram até os candidatos em segundo turno à Prefeitura: Marta Suplicy e Gilberto Kassab. A íntegra das entrevistas obtidas por Willian Cruz em 24/10/2008 está disponível no site [Vadebike.org](http://Vadebike.org), reproduzimos a seguir apenas três questões consideradas mais relevantes para o presente estudo:

**CICLOBR:** A bicicleta sempre esteve associada a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e nunca a Secretaria de Transportes. A CET tem três funcionários especialistas em bicicleta e 4.300 especialistas em carro. Devido essa discrepância, a SVMA não consegue fazer uma ciclovía. Para fazer uma ciclovía ela tem que fazer parceria com o Metrô, Subprefeituras. No seu governo você pode criar um órgão que cuide apenas da Bicicleta?

**MARTA:** Não sei se posso fazer essa promessa, mas por no Transportes tenho certeza que eu posso. É um absurdo ela estar na SVMA, você tem toda a razão. Acho que podemos levar para o transporte e criar um pequeno núcleo, com gente que entende que possa pensar. O que eu acho inadmissível é criar qualquer nova via, sem pensar na ciclovía.

KASSAB: Depois de muitos anos, nós temos na cidade de São Paulo, efetivamente uma política voltada para o ciclista. Nós inauguramos recentemente a ciclovia da Radial Leste, com recursos da prefeitura transferidos para o Metrô, para que ele pudesse fazer com mais facilidade, porque é uma área vizinha ao Metrô em toda a sua extensão. Fizemos a ciclovia de Parelheiros, estamos em conjunto com o Governo do Estado fazendo o projeto da ciclovia das marginais. É evidente que na medida em que a gente avança numa política pública de criar novas ciclovias você precisa ter mais recursos humanos porque vai crescer a necessidade de voltar um pouco da administração pública para o processo de administração das ciclovias. Infelizmente essa é uma constatação da realidade vinda de governos anteriores que está se mudando em nosso governo.

CICLOBR: Em algumas cidades fora do Brasil, o sentimento de segurança, em relação ao ciclista, não vem do fato de haver ciclovias, e sim do respeito por parte dos motoristas em relação aos ciclistas e pedestres. Você se compromete com uma campanha educativa para que o motorista passe a respeitar ciclistas e pedestres, ou mesmo, daqui 4 anos podemos ter a certeza que o motorista vai respeitar a faixa de pedestre, como manda a lei?

MARTA: Eu adorei a sua questão porque eu acredito que isso é muito factível aqui em São Paulo. Primeiro tem que partir de duas coisas. Educação para o ciclista, isso tem que ser feito. Do motorista para o ciclista, mas mais que tudo, se a gente conseguir fazer fluir o trânsito dentro de uma normalidade, com mais corredores de ônibus, e a partir disso diminuir, com um transporte público melhor, menos carros nas ruas, nos conseguimos ordenar, para o Motoboy, para o Ciclista, para todos. Eu concordo com você, que o ideal seria o motorista do carro, ter a percepção do respeito que ele tem que ter. Isso é uma questão de fazer projetos educativos. Acho que podemos inclusive criar os pequenos empregos, jovens que podem trabalhar nessa área...

KASSAB: Com certeza, é fundamental as campanhas educativas para que o cidadão que não é ciclista saiba respeitar o ciclista.

CICLOBR: Você aceitaria ir ao trabalho uma vez por semana, ou por mês, utilizando outro meio de transporte que não seja carro nem helicóptero?

MARTA: Eu me comprometo a melhorar o transporte público, eu me comprometo, se eleita prefeita, daqui a quatro anos, você ter uma fluidez muito maior no trânsito. Comprometo-me a ter os corredores de ônibus, 228 km de corredor. Comprometo-me a qualquer rodovia, ou via, ter ciclovia. Isso eu posso me comprometer. O resto, eu andar no transporte público ou não tanto faz, não vejo diferença.

KASSAB: Eu não vou falar que posso assumir esse compromisso, mas posso te dizer que tenho feito mais que isso. Tenho rotineiramente usado o transporte público até para avaliar o nível do serviço. Vou com a minha assessoria, saio cedo de casa, ando de Metrô, ando ônibus, entre os terminais, então eu nem precisaria assumir esse compromisso, pois já faço.

A ciclovia da Radial Leste foi totalmente concluída apenas em Outubro/2010, enquanto a de Parelheiros, também mencionada por Kassab na entrevista acima, foi desativada em Março/2011. Por outro lado, a recente notícia “Primeiras Escolas de Bicicleta do mundo estão funcionando em São Paulo”, publicada no dia 04/06/2012, no site Prefeitura.sp.gov.br, apresenta ainda alguma preocupação do poder público com a relevância das bicicletas como alternativa para a mobilidade urbana na cidade de São Paulo:

A partir desta segunda-feira (4/6), bicicletas de bambu, antes inéditas no Brasil, passam a circular pela cidade São Paulo pelas mãos dos alunos da Rede Municipal de Ensino. O programa Escolas de Bicicletas, único de formação de ciclistas urbanos do mundo, criado pela Secretaria Municipal de Educação, acaba de formar a primeira turma de alunos no CEU São Mateus, localizado na Zona Leste. O projeto começou em março. Até dezembro, os 45 Centros Educacionais Unificados (CEUs) da cidade e o Centro de Convivência Educativo e Cultural de Heliópolis terão cerca de 4,6 mil estudantes formados.

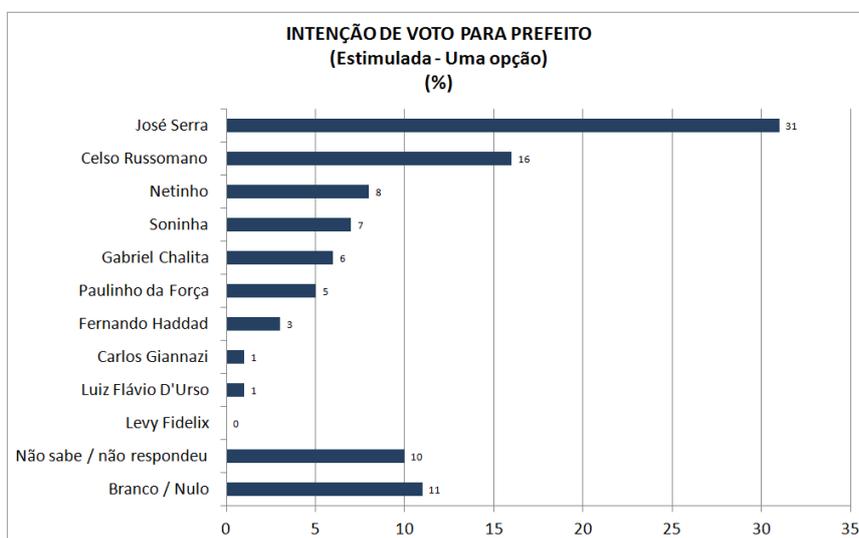
"Eles são o espelho do programa que atingirá todos os cantos da cidade", afirma Daniel Guth, coordenado-geral do programa que une educação e sustentabilidade. Cada Escola de Bicicleta terá até o fim de 2012, cem alunos ciclistas, entre 12 e 14 anos, que farão diariamente o trajeto casa-CEU-casa em comboios de 15 a 25 estudantes. Dentro da escola eles têm paraciclos para o estacionamento das bikes e monitores treinados pela secretaria e pelo Instituto Parada Vital, que ensinam desde noções de equilíbrio até regras de trânsito e manutenção das bicicletas. Ultrapassados os muros da escola, os alunos ganham juntos as ruas do bairro, em ciclo-rotas criadas por uma equipe do CEU, pedaladas e aprovadas por ciclistas experientes.

A Secretaria Municipal de Educação investiu R\$ 3,1 milhões na implantação do programa. O investimento para manter o programa é de R\$ 1,4 milhão por ano.



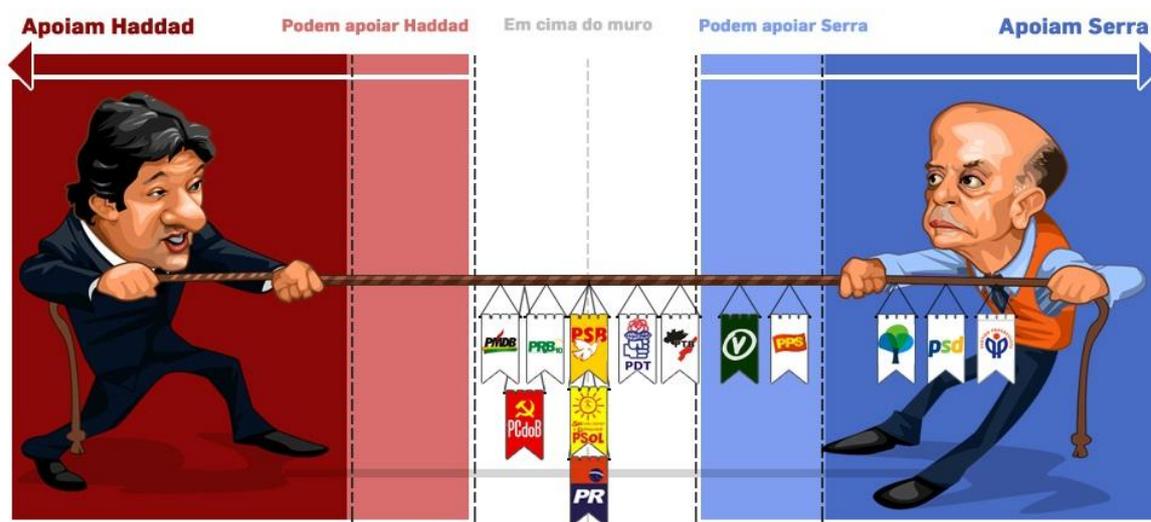
Imagens de divulgação [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

Considerando as intenções de voto e alianças projetadas para o pleito de 2012 na cidade de São Paulo, encontramos nos resultados da pesquisa Ibope divulgada no dia 09/05/2012 o seguinte cenário:



Sendo que, segundo a expectativa dos analistas, deverá ocorrer uma polarização da disputa entre José Serra (PSDB) e Fernando Haddad (PT), possibilitando na sequência o surgimento de uma terceira força representada por Gabriel Chalita (PMDB) ou Celso Russomano (PRB). Cenário bem representado pela ilustração do Estadão de 08/03/2012:

A entrada de José Serra na disputa pela Prefeitura de São Paulo como pré-candidato do PSDB e a disposição do PT em fazer de Fernando Haddad mais conhecido pelo eleitorado turbinaram o 'mercado' das coligações na capital paulista. Em jogo, os valiosos minutos de propaganda eleitoral gratuita. No cenário de Serra candidato, veja quem está com quem nesse cabo de guerra e quem corre por fora.



Diante disso, o presente estudo serve como ponto de partida para analisar o impacto da discussão levantada pelas entidades Ciclocidade e Instituto CicloBR na propaganda política dos candidatos à Prefeitura de São Paulo, em 2012. Para tanto, será tomada como base a estrutura metodológica de análise das discussões na internet apresentada por Rafael Sampaio no artigo *Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online* (2011, p. 197-230).

Um dos pressupostos apresentados por Sampaio (2011, p. 197) na abertura de seu artigo, considera as eleições como sendo efetivamente a única forma de controle dos cidadãos sobre seus representantes, e que não são suficientes para legitimar as decisões políticas. Para defender essa posição, o autor cita Fung (2004), Dryzek (2004), Gutmann e Thompson (2007), e Habermas (1997). Outro pressuposto que, na verdade, pode ser considerado como o principal motivador da pesquisa de Sampaio, propõe que “os cidadãos deveriam ter papéis mais efetivos nas escolhas públicas ou, ao menos, mais e melhores meios e oportunidade de enviarem demandas e necessidades aos representantes políticos (SAMPAIO, 2011, p. 197).

A justificativa de Sampaio para o modelo de análise, que ele irá indicar no texto, está apoiada na abordagem de autores que ele chama de “deliberacionistas”, os quais afirmam que a participação dos cidadãos deve ser qualificada. Explicando melhor, segundo Sampaio (2001, p. 198) essa linha defende “uma política mais deliberativa, na qual os cidadãos consideram os problemas públicos através de uma racionalização conjunta, que visa à melhor forma de resolver essas questões através do discurso”.

Neste ponto, parece pertinente recorrermos ao texto de Guilherme Nobre (2011), *Capital social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público*, no trecho em que ele apresenta uma relevante conceituação sobre a deliberação:

Avritzer (2000) apresenta duas ênfases diferentes para a deliberação: em uma delas a deliberação está ligada ao processo argumentativo que se desenvolve na esfera pública de discussão; na outra, abrange o processo de produção de decisões. Ele mesmo chama a atenção para o fato de que ambos os conceitos são faces de uma mesma moeda, já que argumentar (avaliar e discutir) e decidir (resolver e agir) são componentes da definição da palavra “deliberar” (NOBRE, 2011, p. 269).

As questões levantadas pelo trabalho de Sampaio procuram justamente encontrar condições para testar esse “discutir” e “agir”, pertinentes aos atos deliberativos, porém ele direciona o olhar, especificamente, aos espaços de diálogo e participação na internet. O pesquisador indica que “diversos deliberacionistas passaram a ver a internet como um possível caminho para uma democracia que valorize mais a deliberação entre seus cidadãos”. A linha de pesquisa adotada por Sampaio (2011, p. 199), baseia-se em indicadores de qualificação de deliberações que tem sido aplicados em debates realizados na internet, numa perspectiva denominada como “deliberação online” ou “deliberação na rede”.

O modelo proposto por Sampaio é representado por tabelas com subdivisões, nas quais são lançadas as constatações obtidas a partir de um determinado espaço online de conversação. Depois de distribuídas em forma de planilhas, as informações são analisadas de maneira crítica, respeitando determinados recortes metodológicos definidos pelo próprio pesquisador, de acordo com o objetivo do estudo. Em alguns casos, Sampaio sugere que sejam feitas “surveys” complementares, junto aos participantes dos debates, a fim de obter mais informações qualitativas e maior profundidade sobre as manifestações dos participantes.

Por serem importantes para a avaliação de deliberação e também de participação, os autores concluem que são necessárias pesquisas de opinião (surveys) ou entrevistas em profundidade com os usuários para apreender tais dados (SAMPAIO, 2011, p. 203).

A estrutura de estudo de Sampaio toma como autores de referência: Dahlberg (2001, 2002), Janssen e Kies (2005), e Jensen (2003). Reunindo componentes de análise dos autores mencionados, Sampaio divide sua análise em duas partes principais: a primeira, destinada à contextualização do fórum de discussão online em questão, “o objetivo de tal análise é entender os diversos fatores ‘externos’ que podem moldar a deliberação” (SAMPAIO, 2011, p. 203); e a segunda, é voltada ao processo discursivo em si.

Quanto à Contextualização, Sampaio define três critérios, e os subdivide em itens a serem identificados e preenchidos na análise:

#### 1) Estrutura Comunicativa

- a. Identificação: participantes são anônimos ou se identificam;
- b. Abertura e liberdade: qualquer pessoa pode participar, as conversas são “dominadas” por poucos ou todos podem se expressar;
- c. Agenda da discussão: os temas são livres ou propostos pelos responsáveis pela hospedagem do fórum;
- d. Moderação: os responsáveis exercem algum tipo de interferência; controlando, organizando ou promovendo os debates;
- e. Espaço público forte ou fraco: os participantes sentem que seu envolvimento é reconhecido ou gera resultados políticos concretos.

#### 2) Cultura Política e Ideologia

- a. Diferenças culturais entre regiões: perfil geral dos participantes;
- b. Tipo do ator político a hospedar o debate: características relevantes sobre os responsáveis pelo fórum;
- c. Ideologia dos participantes: preferências expressas abertamente pelo público, em alguns casos é necessário realizar uma survey para obter a confirmação;
- d. Tópico de debate: assunto principal em discussão.

- 3) Design e Conteúdo: Descrição a respeito da funcionalidade do site em que o fórum acontece, relacionada com a facilidade de navegação e de uso das ferramentas de participação e deliberação. Quanto ao conteúdo, Sampaio (2011, p. 205) explica que “deve ser claro, conciso e permitir tanto uma leitura rápida quanto uma pesquisa aprofundada sobre o assunto, considerando, assim, os diferentes níveis de informação dos usuários”.

Quanto ao Processo Discursivo, Sampaio define cinco critérios, e os subdivide em itens a serem identificados e preenchidos na análise, servindo neste caso a constatações de ordem quantitativa (critérios de 1 a 3) e qualitativa (critérios 4 e 5). É importante explicar que as anotações sobre os critérios de 1 a 3 devem ser feitas para cada mensagem postada, sendo mais facilmente visualizadas em forma de planilhas com percentuais. Sampaio (2011, p. 205) também argumenta sobre a necessidade de ser realizada uma primeira filtragem nas mensagens a serem analisadas, a fim de computar apenas aquelas consideradas “relevantes”, e define as que devem ser desconsideradas como:

As mensagens irrelevantes geralmente não tratam do tópico discutido (off-topic), são propagandas (spam) ou ainda sem demandas. (...) tratam como irrelevantes as mensagens que não tenham perguntas, respostas ao tópico, sugestões ou simplesmente demandas em relação a outros atores ou ao assunto (SAMPAIO, 2011, p. 205).

A principal preocupação de Sampaio (2011, p. 206), quanto às mensagens irrelevantes, é que um alto índice delas pode indicar um baixo comprometimento com a discussão, e conseqüentemente, pode sugerir um baixo índice de deliberatividade.

Sampaio também julga interessante comentar se a mensagem é um questionamento inicial, inaugurando uma nova discussão, ou se é uma resposta a um tópico já aberto. Seguem os critérios do Processo Discursivo:

- 1) Tematização e crítica racional

- a. Dialógica: mensagens com respostas, item também denominado como Reciprocidade;
- b. Monológica: mensagens sem respostas;
- c. Justificação Externa: usuário cita fontes externas para justificar seu argumento (fatos, dados, notícias, etc.);

- d. Justificação Interna: utilizada valores e ponto de vista próprio, baseado em histórico pessoal (testemunho);
- e. Posição: afirma uma posição, mas não apresenta justificativa.

## 2) Reflexividade

- a. Persuasão: sinais de que um usuário se sente persuadido pela argumentação de outro participante;
- b. Progresso: usuário reflete sobre outra postagem, responde com novos argumentos;
- c. Radicalização: reação negativa a outra postagem, usuário radicaliza sua opinião anterior e não demonstra possibilidade de rever sua posição inicial.

## 3) Ideal Role Taking: Pode ser traduzida como “tomar o lugar do outro”, define situações de respeito para escutar e dar atenção às colocações dos outros participantes. Segundo Sampaio (2011, p. 208), “é praticamente o primeiro pré-requisito de uma deliberação de qualidade”.

- a. Respeito Implícito: não há posições negativas, mas também não há positivas;
- b. Respeito Explícito: quando há pelo menos uma posição positiva explícita;
- c. Sem Respeito – rude: ofensas, ironias, ataques pessoais, etc.;
- d. Sem Respeito – incivil: preconceito ou ataque contra princípios democráticos;
- e. Continuidade: média de mensagens por dia.

## 4) Inclusão e Igualdade Discursiva: os dados qualitativos identificados neste critério podem já ter sido obtidos na parte da Contextualização, portanto o fundamental aqui é reunir informações para verificar o grau de inclusão digital dentro da cobertura de participação do fórum online. Devendo observar os dois itens abaixo.

- a. Pessoas com acesso à internet
- b. Número de postagem por pessoas

## 5) Autonomia do Estado e do poder econômico: análise qualitativa da atuação de instituições que mantém ou financiam o fórum online.

O modelo de análise de deliberação online proposto por Sampaio, no artigo comentado nestas páginas, oferece bases metodológicas bastante consistentes para pesquisas científicas sobre debates empreendidos na internet. Neste sentido, o presente texto tem a finalidade de oferecer um ponto de partida para o desenvolvimento de uma análise mais aprofundada a respeito da discussão sobre mobilidade urbana promovida pelas entidades Ciclocidade e o Instituto CicloBR, durante o mês de Maio/2012, e os decorrentes efeitos desse engajamento da esfera pública online na campanhas de propaganda política das eleições municipais de 2012, na cidade de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

DAHLGREN, Peter. **Media and Political Engagement: Citizens, Communication and Democracy** (cap. 7). New York: Cambridge, 2009.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo (ORGs). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-46.

HABERMAS, J. **O Papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública Política** (cap. VII). In: Direito e Democracia: entre facticidade e validade, livro II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Trad. Flávio B. Siebeneichler.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo (ORGs). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, Ângela C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Em: **Revista Líbero**, Ano XI n. 21, junho de 2008.

NOBRE, Guilherme Fráguas. Capital social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza (ORGs). **Comunicação e política. Capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus, 2011, p. 255-272.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo (ORGs). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 197-230.

<http://catracalivre.folha.uol.com.br/2012/05/candidatos-a-prefeitura-querem-saber-o-que-voce-acha-do-ciclismo/>

<http://vadebike.org/2008/10/entre-ista-com-os-candidatos-a-prefeitura-de-sao-paulo/>

<http://vadebike.org/2012/05/entidades-querem-opinio-dos-ciclistas-para-eleicoes-2012/>

<http://www.ciclocidade.org.br/noticias/226-eleicoes-2012-e-a-bicicleta-em-sao-paulo>

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a\\_cidade/noticias/index.php?p=](http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=)